

PÓS-FÁCIO – FAZER DAS INFÂNCIAS E DOS SEUS ESPAÇOS LUGARES “ENTRE”

João Teixeira Lopes

Entendo um posfácio como uma abertura, não como um condicionamento de autor ao sentido da obra. Inspirado pela leitura do livro e do debate que fui capaz de estabelecer entre os argumentos que se cruzam, complementam e conflituam, procuro pontos de fuga, sucessivos e entrelaçados, multiplicando, se ainda for possível, as perspectivas. *Interconhecimento.*

Ora, tal como na música, a metáfora da fuga instiga a que variadas vozes se oiçam, a partir de um tema primeiro. As vozes dos autores e as vozes das crianças, quando os autores conseguem escapar ao academismo e escutar metódica e ativamente as experiências infantis. Tantos são os contextos e as condições sociais analisados nesta obra que neles encontramos bases sólidas para falar de uma teoria e prática de *interculturalidade* aplicada às infâncias. Eis os meus argumentos construídos a partir da leitura dos capítulos:

- 1) A interculturalidade distingue-se da multiculturalidade e dos “modelos da tolerância” pois implica aceitar que “a diferença somos nós” (Stoer & Magalhães, 2005), isto é, as crianças que tomamos como referência habitual (as “nossas crianças”, as mais próximas e visíveis) não são nem o centro, nem existem num vazio, constituem-se relacionalmente e são a alteridade de outrem, como outrem delas, num processo de contaminação/polinização que rejeita qualquer visão estática, monocultural e essencialista das infâncias e suas culturas.
- 2) A interculturalidade tem múltiplas formas ou metamorfoses –depende das coordenadas espaço-temporais e das condições sociais em que se exerce (pode ser mais pacífica ou mais violenta, mais acelerada ou mais lenta; pode partir do plano étnico, linguístico, religioso – mestiçagem, criouliização, sincretismo – e pode desembocar em resistências ou em processos de apropriação/tradução/adaptação. Daí a importância de resgatar, em tensão dialética, tanto os constrangimentos (desde logo os mais arreigados ao recalitrante sistema de desigualdades...) quanto o campo de possíveis do agenciamento infantil.

- 3) A interculturalidade é sempre um conflito (resolvido ou não...), uma relação de forças e uma disputa – há fenómenos de exploração (na produção e na reprodução sociais) e de dominação (em que se rouba à criança a invenção do seu próprio mundo); tentativas de imposição de uma visão legítima da infância que inclui uns e exclui muitos (o Estado resiste, por definição, à dinâmica intercultural pois é concentração de poderes, imposição do universal – “principal produtor de instrumentos de construção da realidade social”; monopólio da violência e da simbólica legítimas - cf Bourdieu, 2012: 226).
- 4) A interculturalidade lida com identidades e estas são multidimensionais, pois articulam a dimensão individual e coletiva (cada criança é singular, ainda que pertença a uma família, a uma classe, a um género, a uma etnia e a um território); unem assimilação (identidade *idem*) e diferenciação (identidade *ipse*) (Ricoeur, 1990); mobilizam designação (por outrem), apresentação (a outrem) e auto percepção (de si a si mesmo – reflexividade, mediada pela linguagem e a interiorização do olhar do outro - Heinich, 2018); contêm uma componente real e imaginária. Por isso é tão importante *não simplificar* e compreender as narrações, as estórias e as mitologias que as crianças contam a si mesmas e aos outros, *nos seus próprios termos*, o que exige um aturado conhecimento hermenêutico.
- 5) A interculturalidade só é efetiva se criar hibridação alargada (e não mera moda ou coleção de estilos de vida no supermercado das identidades prontas a usar), circularidade cultural (Burque, 2010), descolonização da mente e terceiras culturas (objetos, textos e práticas novas que se forjam através dos encontros e choques entre reportórios iniciais). Em síntese, uma reforçada *cultura de fronteira*, mesmo que o poder desigual dite as suas regras e que a hibridação tenha um preço (a globalização capitalista do consumo e das empresas constrói as crianças como agentes e objetos de consumo; novas desigualdades vão-se gerando no mundo digital em que as crianças são nativas; patrimónios ancestrais podem ser vistos como obstáculo à aceleração do capitalismo flexível e são destruídos sem dó nem piedade).
- 6) A interculturalidade dá-se primordialmente nas zonas de contato e de (de)encontro – é preciso perceber que “todas as culturas atuais são culturas de fronteira” (Canclini, 2008), liminares, o que sugere um foco particular no estudo dos processos de

“atravessamento”, “transgressão”, “passagem”, “tradução” e “mediação” (as crianças migrantes, refugiadas, por exemplo), tão mais democráticos quanto existirem políticas públicas (em espaços concretos, não meras arquiteturas jurídicas e/ou metafísicas) que conciliem a produção do comum com o reconhecimento das diferenças.

- 7) A interculturalidade acelera-se com a globalização capitalista que prova a impossibilidade de culturas insulares: todas as culturas são arquipélagos ou casas em construção, envolvidas em dinâmicas de glocalização, descontextualização e recontextualização; localização, deslocalização e relocalização. Esta constatação implica uma proteção especial às crianças socialmente vulneráveis (pobres, racializadas, em territórios acossados pela guerra ou pela predação de recursos).
- 8) A interculturalidade não é uma via de sentido único – as próprias dinâmicas do capitalismo desenvolvem tendências contrárias (segregação; tribalismo; purificação – nacionalismos e racismos ou ainda sentimentos de perda, de alienação ou fragmentação cultural nas terras de ninguém do consumismo). Nada nos garante que a História *esteja do lado das crianças*, inúmeras regressões se acumulam com progressos frágeis e que precisam de ser consolidados e (re)conquistados permanentemente.

Longe de ser um exercício de festa pós-moderna em jeito de marketing cultural, a interculturalidade tem mesmo de ser uma prática *entre* as culturas da infância (de classe, de género, de etnia...) e não uma imposição de cima (das esferas de poder) e de fora (dos adultos). Um gerador do que Paul Ricoeur (1990) apelida de *Ipseidade*: identidades que mantêm um entrelaçamento originário com a alteridade: experimentar o diferente, o outro, a estranheza, no seio da própria subjetividade – cada criança como um outro; através do outro, regressando a si depois dessa viagem que mais não é do que a capacidade única de sentir a presença da estranheza no que lhe é mais próprio e familiar. Para isso, precisamos de espaços públicos concretos, profanos e quotidianos que convidem à visibilidade e ao entrelaçamento da diferença na e pela interação – exercício perpétuo de conflito, troca, negociação e recomposição de reportórios, alargando as definições do que é o mundo e a sua hospitalidade, dispensando o monopólio dos porta-vozes monolíticos que apenas reinam pelo silenciamento. *Arte da fuga*, pois, saber-fazer que pela imaginação prática e pela prática da imaginação se liberta.

REFERÊNCIAS

Bourdieu, Pierre (2012), *Sur l'État. Cours au Collège de France, 1989-1992*. Paris : Raisons d'Agir/Seuil

Burque, Peter (2010), *Hibridismo Cultural*. Madrid: Akal

Canclini, Néstor García (2008), *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP

Heinich, Nathalie (2018), *Ce que n'Est Pas L'Identité* . Paris : Gallimard

Ricoeur, Paul (1990), *Soi-Même Comme un Autre*. Paris : Seuil.

Stoer, Stephen R. & Magalhães, António Magalhães (2005), *A Diferença Somos Nós – A Gestão da Mudança social e as Políticas educativas e sociais*. Porto: Edições Afrontamento